

A POLÍTICA SEXUAL DA CARNE

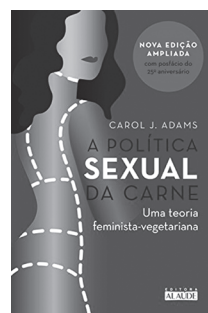
Maria Eugênia Zanchet

Doutoranda em filosofia pela Universität Bayreuth (Alemanha)

É POSSÍVEL DEPREENDER, DO USO QUE FAZEMOS DA LINGUAGEM, algumas estruturas que determinam nossas vidas em sociedade. Essa é uma das muitas teses que, embora implícitas, estão fortemente presentes na obra de Carol J. Adams, *Política sexual da carne*. Nela, a autora utiliza a análise do discurso – e uma extensa produção literária – como chave de leitura para a compreensão de certos símbolos oferecidos por nossa cultura.

A mudança proposta pela autora implica a consecução de um mundo em que prevaleça a igualdade, por meio do combate à violência de gênero e também da exploração animal – da animalização das mulheres e da sexualização dos animais, conforme ela menciona no prefácio à edição do vigésimo aniversário. Apontada pelo New York Times como “a bíblia da comunidade vegana”, a obra fornece elementos para o leitor sistematizar relações como fragilidade/animalidade, bem como virilidade/consumo de carne.

Trazer outros elementos para a análise por meio das saliências é uma das finalidades de Adams, e, para cumprir com tais objetivos, ela apanha da literatura ilustrações diversas,



ADAMS, Carol J. *A política sexual da carne: uma teoria feminista-vegetariana*. São Paulo: Alaúde, 2018.

capazes de expressar estados de coisas que são componentes da cultura como um todo.

Ao criticar a visão essencialista do corpo vegetariano e a compreensão existencialista do feminino, a autora parece assumir que, ao sofisticarmos a nossa visão acerca do nosso próprio corpo, estamos, ao mesmo tempo, aprimorando a perspectiva que temos sobre nós mesmas como inseridas em uma cultura patriarcal dominante. Essa percepção é, por sua vez, condição de possibilidade para o combate a uma história cuja manipulação de sentidos se deu com fins de subordinação de mulheres e animais a necessidades outras que não as suas próprias.

Adams mostra ao leitor, de forma bastante didática, que a violência sexual e o consumo de carne estão intimamente ligados; e é disso que a obra trata, trazer à superfície aquilo que não é dito, mas que, contudo, é frequentemente percebido como parte de uma ideologia de dominação. Os modos de exploração animal incluem, além do abate de animais para o consumo, a exploração dos processos reprodutivos das fêmeas. Esse nexos levou a autora a cunhar o termo “proteína feminilizada” para se referir a produtos como leite e ovos, uma vez que são oriundos da exploração dos corpos de animais fêmeas. A sua atitude, ao nomear aquilo que foi silenciado, ressalta uma postura epistêmica ativa de não aceitação dos significados impostos sobre o que é aceito como função dos corpos animais e femininos. Nossa cultura, essencialmente patriarcal, “cerca de silêncio o retalhamento real”.

A ideia de aprimoramento da nossa percepção para o não dito é a gênese de sua análise do referente ausente acerca de termos como “abate humanitário” ou “estupro violento”. No primeiro caso, a palavra “humanitário” ressignifica a noção de abate: o ato de abater, tirar uma vida ou matar torna-se não apenas permitível, mas livre de culpa, de responsabilização. Com relação ao estupro violento, a supressão da palavra “violento” nos conduz a imaginar um ato quase que consensual, sendo a figura do estuprador o referente ausente. Em ambos os cenários, a violência contra as vítimas é relativizada, ao passo que são reposicionados sujeito e objeto. A perda da totalidade do corpo animal – seu desmembramento em partes comestíveis como costela, lombo e pernil – vai ao encontro da preferência humana por não enxergar aquilo que lhe causa inquietação. A imagem da carne desprovida de seu referente, o animal morto, torna-se matéria linguística simbólica da opressão de gênero, manifestando sobre o feminino um tipo específico de poder, o masculino. Comparar

uma mulher a um pedaço de carne é, sob esta ótica, uma analogia saturada de sentido.

A imagem de que “a história da carne implica renomear, re-posicionar o objeto e renascer” é um dos epítomes daquilo que o livro abrange; em suas palavras, uma teoria engajada, que pode e deve ser empregada como dispositivo para a quebra de hierarquias de classe, raça e sexo. A centralidade do ativismo enquanto propósito é aquilo que, ao fim da leitura, permite um ganho qualitativo em nossa competência para traçar significados, sobretudo porque torna explícitos não apenas relações silenciadas, mas os processos que as trazem à tona. Serve, pois, como uma pedra de toque a respeito de como edificar uma investigação mais focada naquilo que nos grita o senso comum, muito embora fácil e convenientemente ignorável.

— ❖ —